



VER, ESTAR E SER (N)A PAISAGEM: DIREITO À PAISAGEM E CIDADANIA PAISAGÍSTICA NA CIDADE DO RECIFE/PE

David Tavares Barbosa¹

RESUMO

Neste artigo objetivamos analisar de que forma a paisagem tem se constituído como um recurso político mobilizado por coletivos de cidadãos para reivindicar direitos e o reconhecimento de suas cidadanias. Preocupa-nos compreender como movimentos de contestação mobilizam o direito à paisagem com uma base dos seus questionamentos. Nossas análises serão desenvolvidas a partir da observação de algumas demandas paisagísticas expressas por grupos sociais na cidade do Recife, Pernambuco (Brasil). No contexto recifense, conseguimos identificar dois padrões de demandas paisagísticas: os debates vinculados ao *direito de ver a paisagem* e as demandas pelo *direito de ser (n)a paisagem*. São debates que representam duas problemáticas conectadas dentro de uma mesma cena e envolvem modos de ver, projetos de ação, etc., podendo gerar interesses conflitantes e oposições nas ações de gestão. Entretanto, consideramos que a percepção desses interesses distintos também pode ser uma oportunidade para estimular o diálogo e uma gestão compartilhada, considerando a paisagem como um instrumento viável para construir estratégias de planejamento e gestão coletivas do território. Para expressar tal possibilidade, apresentamos nossas análises a partir da ideia de *cidadania paisagística*, como uma estratégia para aproximar a abordagem da paisagem das reflexões sobre a democracia. A cidadania paisagística envolve um debate da paisagem como um recurso que pertence a todos, onde todos têm o direito de *ver*, *ser* e *estar* na paisagem, assim como o dever de participar das ações de gestão de forma coletiva e comprometida.

Palavras-chave: Paisagem, Política, Cidadania, Direito à paisagem.

ABSTRACT

In this article we aim to analyze how the landscape has been constituted as a political resource mobilized by collectives of citizens to claim rights and the recognition of their citizenship. We are concerned to understand how movements of contest mobilize the right to the landscape with a basis of their questions. our analyzes will be developed based on the observation of some landscape demands expressed by social groups in the city of Recife, Pernambuco (Brazil). In the Recife context, we were able to identify two patterns of landscape demands: debates linked to the *right to see the landscape* and actions that demand the *right to be (in) the landscape*. These are debates that represent two issues connected within the same scene and involve ways of seeing, action projects, etc., which can generate conflicting interests and oppositions in management actions. However, we believe that the perception of these different interests can also be an opportunity to stimulate dialogue and shared management, considering the landscape as a viable instrument to build collective planning and management strategies for the territory. To express this possibility, we present our analyzes based on the idea of *landscape citizenship*, as a strategy to bring the landscape approach closer to the reflections on democracy. Considering this scenic citizenship involves a debate of the landscape as a resource that belongs

¹ Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Pesquisador vinculado ao LECgeo/UFPE e ao GEOPPOL/UFRJ. Atualmente é professor no Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Piauí, campus de São Raimundo Nonato. Email: davidtgeo@gmail.com.



to everyone, where everyone has the right to *see*, *be in* and *exist* in the landscape, as well as the duty to participate in management actions in a collective and committed way.

Keywords: Landscape, Politics, Citizenship, Right to the landscape.

INTRODUÇÃO

Nesse artigo apresentamos como objetivo discutir de que forma a paisagem tem se constituído como um recurso político mobilizado por grupos sociais para reivindicar direitos e demandar o reconhecimento de suas cidadanias. Através de resultados obtidos em pesquisa de doutorado recentemente concluída (BARBOSA, 2020), interessa-nos analisar como, no contexto contemporâneo, movimentos sociais mobilizam a paisagem a partir de uma dupla função: como uma ferramenta política utilizada em processos de negociação (a paisagem como um recurso político); na expressão de demandas sociais pela própria paisagem, que passa a ser considerada como uma questão de interesse e reconhecimento cidadão (a paisagem como um direito). Nossas análises centraram-se na observação de disputas paisagísticas na cidade do Recife, Pernambuco (Brasil).

A pesquisa encontra-se relacionada ao debate contemporâneo da paisagem, onde se observa o desenvolvimento de novas abordagens teóricas, políticas e sociais que direcionam na percepção da paisagem como um problema político de interesse coletivo. Diversos autores têm destacado o retorno das problemáticas paisagísticas no debate e na condução de políticas de planejamento territorial, na construção de estratégias de gestão urbana e na expressão de demandas paisagísticas por grupos sociais (DEBARBIEUX, 2007; BENEDIKTSSON, 2007; SGARD, 2010; BESSE, 2014; CHECA-ARTASU, 2017; RIBEIRO, 2018). No contexto contemporâneo, a paisagem aparece não apenas como um recurso representacional e técnico, mas sobretudo como uma ferramenta de interesse público e político, colocado para debate na esfera pública.

Assim, nesse artigo buscamos destacar que a paisagem se apresenta como um recurso político articulado aos debates sociais contemporâneos, compreendendo-se que essas questões renovadas contribuem para reaproximar a paisagem de sua função social e política para as populações, permitindo o reconhecimento da paisagem como variável fundamental para garantir questões básicas aos cidadãos, tais como: a qualidade de vida, o bem-estar social, a saúde (física e mental), a participação nos processos de gestão territorial, etc. Portanto, consideramos que a paisagem pode ser um instrumento viável para construir ações de planejamento e gestão coletivas do território. Para expressar essa



possibilidade, apresentamos nossas análises a partir da ideia de *cidadania paisagística*: o debate da paisagem como um recurso que pertence a todos, onde todos têm o direito de *ver, estar e ser* na paisagem, assim como o dever de participar das ações de gestão de forma coletiva e comprometida (BARBOSA, 2020).

METODOLOGIA

As estratégias teórico-metodológicas foram selecionadas a partir da tentativa de aproximar a pesquisa da pesquisa aplicada da Geografia, como definida por Gumuchian, Marois e Fèvre (2000, p. 80-84): uma “*démarche*” preocupada em desenvolver uma investigação dirigida para a percepção e/ou solução de um problema, apresentando como finalidade compreender, analisar e orientar a ação e a intervenção, a partir da indicação de recomendações e/ou proposições de superação. A partir dessa orientação, optamos por algumas técnicas de execução que incluem revisão bibliográfica, análise de documentos governamentais, participação em ações de grupos sociais pelo direito à paisagem e a realização de trabalhos de campo.

Ademais, as questões da pesquisa foram problematizados a partir da construção e observação de um determinado recorte de análise: a dinâmica urbana contemporânea do Estuário Sul do Recife. Esse recorte não corresponde a um zoneamento institucional da cidade, mas corresponde a um recorte científico construído para a pesquisa a partir da observação, nos trabalhos de campo e nas análises bibliográficas, de três aspectos conectados: (i) o sítio urbano da planície do Recife, que apresenta um complexo ambiental formado por rios, mangues, ilhas, arrecifes, etc., que contribuíram para a disposição de uma dinâmica urbana particular nesse espaço; (ii) as relações históricas que se estabeleceram entre a cidade/o urbano com o estuário, permitindo a formação de uma configuração territorial e paisagística específica; (iii) a observação dos debates e conflitos contemporâneos onde as paisagens estuarinas se apresentam como um dos elementos essenciais das controvérsias urbanas.

Para construir esse recorte analítico, realizamos alguns trabalhos de campo na cidade do Recife, buscando observar as paisagens *in situ* e dialogar com atores sociais e moradores locais. Realizamos trabalhos de campo em: setembro de 2015; dezembro de 2016 à fevereiro de 2017; entre março e abril de 2018; e, por fim, uma convivência mais próxima, com idas quinzenais aos espaços de análise, entre novembro de 2017 e junho de 2018. A partir da observação direta, articulada às questões coletadas na bibliografia



analisada, passamos a considerar o estuário sul como o recorte territorial e paisagístico localizado entre o centro histórico-geográfico e a zona sul da cidade do Recife, formado pelo complexo físico-natural onde termina o percurso comum de diversos rios que cortam o Recife: Tejipió, Jordão, Pina e o braço sul do Capibaribe. Assim, compreende-se o Estuário Sul como o recorte territorial formado por dois ambientes conectados (de forma ecológica, paisagística e urbanística): a Bacia do Pina e o manguezal do Pina.

Na atualidade, esse espaço corresponde a um dos cenários mais dinâmicos do contexto urbano recifense, sendo, antes de tudo, um espaço de importância ecológica, histórica e cultural para a cidade. A partir da década 1990 também se transforma em um espaço de expansão do mercado imobiliário, através da proposição de projetos de requalificação urbana (o Projeto Capital e o Complexo Turístico-Cultural Recife/Olinda, por exemplo) e da construção de uma fachada ativa de prédios e outros equipamentos urbanos com forte preocupação estética e paisagística (*Torres Gêmeas*, Projeto Novo Recife, *Shopping RioMar*, *Via Mangue*, etc.). Assim, a escolha do recorte de análise se justifica a partir da observação da importância que a questão paisagística tem assumido nos projetos, ações e debates do planejamento urbano nesse território da cidade.

A partir da identificação de algumas demandas e conflitos articulados ao debate da paisagem, pudemos observar a existência de dois padrões de conflitos paisagísticos na cidade do Recife. Primeiro, um conflito que envolve a transformação das frentes d'água, das paisagens panorâmicas, pictóricas e postais da cidade. Segundo, uma disputa que se relaciona às transformações das atividades sociais articuladas aos ciclos do estuário, das formas de convivência das populações locais (pescadores, moradores de bairros populares, etc.) com o ambiente circundante. Esses padrões de conflitos serão considerados a partir de dois paradigmas: do *Cais* e da *Maré*, respectivamente.

REFERENCIAL TEÓRICO

As reflexões teóricas que guiam esse artigo estão vinculadas ao debate sobre a dimensão política da paisagem – aqui, não apenas o conceito geográfico, mas sobretudo a sua articulação com o imaginário geográfico – a partir da observação dos processos de negociação e conflitos que perpassam sua gestão. Nossa reflexão será construída a partir do entendimento da política como o encontro entre diferentes e de controle das paixões, o que envolve a construção de modos de organização da ação, o reconhecimento e a conciliação de interesses conflitantes (RIBEIRO, 2018). Interessa-nos apreender como a



palavra e o conceito são colocados para trabalhar nas práticas da sociedade contemporânea. Buscamos compreender o lugar das justificações e ações paisagísticas no campo da política, assim como a influência dessas na construção de instrumentos renovados de gestão (DEBARBIEUX, 2007; BENEDIKTSSON, 2007; BESSE, 2014).

Uma questão central para nossas reflexões corresponde a ideia de “política da paisagem”, sinalizada por Ribeiro (2018, p. 155) como o “conjunto de dispositivos, governamentalidades, ações e conhecimentos, que visam regular sujeitos e territórios, com diferentes objetivos, que se desenvolvem a partir de diferentes práticas e formas de conhecimento”². Ribeiro (2018; 2019) considera que há uma ampliação da ideia de paisagem no cenário atual que permite que esse conceito deixe de ser considerado apenas como o conjunto de formas acumuladas ao sabor do tempo, passando a ser a base de novos instrumentos de gestão e desejos sociais sobre os ambientes circundantes. Essas mudanças têm permitido discutir o conceito não apenas no ponto de vista do projeto, mas como um instrumento central ao planejamento, gestão e conservação territoriais. Partindo da ideia de “política da paisagem”, Ribeiro (2018; 2019) destaca que essas transformações ligam o conceito à ideia de ação, a partir de sua inclusão como objeto de interesse do Estado e pela apropriação do conceito como um recurso mobilizado por grupos com interesses econômicos, identitários e políticos diversos.

Igualmente, conforme destaca Debarbieux (2007), as preocupações paisagísticas contemporâneas, dentro do contexto das novas práticas políticas e democráticas, ilustram um contexto (teórico e social) que sinaliza uma concepção da *paisagem-como-ação* (« *paysage-comme-action* », no original). Ação considerada a partir do significado atribuído por Hannah Arendt: como uma fonte de definição da identidade política do sujeito e modalidade pelo qual os homens, em sociedade, definem aquilo que tem em comum e colocam no coração do espaço público. A paisagem se apresentaria como uma oportunidade ao viver juntos no mundo, como uma possibilidade de construção de uma vivência comum do/no espaço público. A perspectiva teórica deste autor permite-nos articular o conceito com a análise das disputas, com as ações e reações dos grupos

² Na perspectiva de Ribeiro (2018), a ideia de política da paisagem encontra-se ligada à: (i) percepção de uma transformação do conceito como um objeto ligado à ação; (ii) construção da paisagem como um problema da sociedade; (iii) inclusão da paisagem como objeto de interesse por parte do Estado; (iv) a crescente mobilização da paisagem como instrumento/recurso por diferentes grupos com interesses variados (interesses econômicos, identitários, de resistência, etc.) (RIBEIRO, 2018). Uma apreensão da paisagem entre o que se diz e o que se faz, que envolve as ferramentas legais e regulamentares, os conflitos e a identificação de diferentes atores envolvidos.



sociais, a partir das suas demandas por direitos. Ademais, podemos problematizar como construir uma vivência comum do espaço a partir do debate paisagístico.

Ao considerar a paisagem como uma ação, esses autores buscam problematizar o atual contexto em que o conceito invade a esfera pública e se torna objeto de interesses renovados: a expansão do paisagismo como prática profissional e componente do planejamento territorial; ampliação do consumo paisagístico; crescimento de demandas paisagísticas por coletivos de cidadãos, etc. São questões que recolocam a paisagem na esfera da ação coletiva e contribuem para reconstruir o projeto político a partir de novas bases territoriais. Essas transformações indicam a apropriação da paisagem como tema importante para a organização espacial, produção de discursos sobre a cidade e prática da cidadania, além da transformação da paisagem em um objeto do pensamento, da ação e da argumentação social (RIBEIRO, 2018, 2019; BARBOSA, 2020).

Para incluir a análise no campo de uma geografia política urbana, buscaremos dialogar com a proposta apresentada por Rossi e Vanolo (2012): compreender a política da paisagem a partir da tríade Representação, Governo e Contestação. Em nosso artigo, partiremos do terceiro pilar, aquele da contestação, para chegar também aos outros dois, buscando compreender os discursos, práticas e estratégias de ação de grupos insurgentes na demanda por direitos e efetiva fruição da cidadania. Interessa-nos discutir como os grupos se organizam para questionar processos de transformação urbana e, sobretudo, como associam demandas paisagísticas em suas práticas cidadãs na arena política.

Nesse sentido, esse referencial teórico permite considerar a paisagem como um objeto de disputa e a expressão de interesses sociais variados, refletindo sobre o conjunto de *lutas na, pela e a partir da paisagem*. Como destaca Priore (2002), esses debates permitem explorar a “dimensão social” do conceito, a partir das demandas sociais crescentes que versam sobre a qualidade da dimensão paisagística dos territórios. Igualmente, lembram-nos sobre a necessidade de debater a paisagem através de uma perspectiva ética: na medida que os debates fazem referência aos valores, práticas e preferências pessoais, sem a exigência ética a paisagem pode servir como cenário de exclusão e segregação (SGARD, 2010).

Portanto, compreende-se que a paisagem se apresenta não apenas como uma categoria analítica, descritiva e composta por questões estéticas, mas também como uma ferramenta política que permeia os debates sociais contemporâneos. São questões que indicam-nos a necessidade de problematizar a paisagem a partir de sua vertente política,



buscando refletir sobre a dimensão de objetividade prática expressa na e pela paisagem, considerando os sistemas de ideias, representações e suas experimentações correlatas. Analisar de que forma grupos distintos desenvolvem suas ações e discursos paisagísticos como forma de reivindicar o reconhecimento de suas balizas, tradições e desejos socioespaciais (RIBEIRO, 2018; BESSE, 2014, BARBOSA, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da observação do contexto urbano recifense, identificamos dois padrões de demandas pela paisagem: (i) a reivindicação pelo *direito à ver a paisagem* a partir da articulação de coletivos de cidadãos como o Ocupe Estelita. Relacionada com conflitos pela transformação das paisagens panorâmicas e postais da cidade, são demandas que se desenvolvem como consequência da expansão de processos de requalificação do centro histórico-geográfico do Recife; (ii) as demandas pelo *direito de ser (n)a paisagem*, que são expressas por pescadores(as) e moradores(as) de bairros populares que convivem de forma direta com o estuário da cidade. Na pesquisa, esses interesses paisagísticos foram considerados a partir de dois padrões: o *paradigma do Cais* e o *paradigma da Maré*, respectivamente. São debates que representam duas problemáticas conectadas dentro de uma mesma cena e envolvem modos de ver e projetos de ação, podendo gerar interesses conflitantes e oposições nas ações de gestão.

No *paradigma do cais* observamos alguns debates e conflitos acerca da rápida transformação de paisagens do estuário recifense, com demandas pela patrimonialização dos quadros paisagísticos, pela preservação e usufruto coletivo dos grandes panoramas da cidade. Esse debate começou a se desenvolver na cidade a partir do início dos anos 2000, quando a percepção da rápida verticalização do Recife, ligada à conscientização da destruição e/ou privatização das paisagens locais (sobretudo no centro histórico-geográfico) passa a estimular uma defesa do interesse social pelas paisagens. No Recife, conflitos em torno dessas ocupações, com projetos que se caracterizam por uma forte verticalização, foram amplificados a partir da década de 2000 quando se observa uma intensificação da construção de alguns arranha-céus em áreas vizinhas ao perímetro tombado do centro histórico (*Torres Gêmeas*, Novo Recife, torres da Aurora, etc.) (BARBOSA, 2014; VERAS, 2014).

A proposição desses projetos, voltados para um público com alto poder aquisitivo, constantemente se apoia na mobilização da paisagem (vista a partir das



janelas dos apartamentos e/ou das torres incluídas no horizonte da cidade) como uma imagem a promover, mesmo que apenas para uma faixa da população que possa comprar. A paisagem surge vinculada com projetos de “modernização” e revalorização imagética, servindo como um guia de leitura que contribui para dar sentido às transformações urbanas (LACOSTE, 1995; ZUKIN, 2000). Um aspecto particular desses empreendimentos corresponde ao interesse por atribuir novas percepções paisagísticas ao estuário sul (ou recuperar percepções do passado que se coadunam aos projetos do presente), centrados em uma leitura da paisagem a partir da *modernidade* e do *progresso*, encobrindo algumas marcas das desigualdades sociais presentes (ou mostrando-as de forma pejorativa). Para tal, constantemente retratam a construção de uma *nova* paisagem, diferenciada e deslocada, uma *paisagem a parte*, destituída e/ou diferenciada do contexto local social, histórico e urbanisticamente mais complexo.

Esses projetos associam a paisagem aos temas do desenvolvimento (na perspectiva econômica), considerando-a como um panorama onírico para consumo visual. A partir de uma visão pictórica, se impõe (ou pretende-se impor) um esquema de leitura paisagística conectada aos anseios de “ocupantes privilegiados”, mesmo que isso possa gerar incômodos e espoliações aos demais habitantes (próximos e de toda a cidade) em extensão. São ações que se apresentam a partir de uma intervenção particular: altos edifícios residenciais, empresariais e/ou hotéis, que criam barreiras de edifícios nas linhas de borda do estuário. Se a altura elevada dos edifícios amplia os ganhos econômicos, a excessiva verticalização, sobretudo em espaços históricos com outro perfil de horizonte, revela a ineficiência do planejamento urbano, o descaso com a história, com a paisagem e com quem se situa por trás dos edifícios, desrespeitando a função social da cidade e da paisagem (SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020).

O evento que contribuiu para a expansão desses debates e a mobilização do debate sobre o direito à paisagem foi o anúncio, em 2012, do Projeto Novo Recife, uma proposta de intervenção privada para o Cais José Estelita, um terreno localizado entre o centro histórico e a zona sul do Recife e que apresentava um conjunto de instalações portuárias e ferroviárias, sobretudo o Pátio Ferroviário das Cinco Pontas³. Nesse espaço,

³ O Pátio Ferroviário das Cinco Pontas corresponde ao primeiro pátio-porto do sistema ferroviário do Nordeste brasileiro, implantado no século XIX. Começou a ser construído em 1855 a partir das obras de instalação da primeira estação das Cinco Pontas, inaugurada em 1858. Foi o pátio fundador e a principal estação da Estrada de Ferro Recife-São Francisco, a segunda ferrovia do Brasil e primeira do Nordeste (BARBOSA, 2020).



um amplo terreno que tangencia o sítio histórico do Recife, um grupo de construtoras propôs a construção de grandes edifícios residenciais, empresariais e hotéis com forte apelo paisagístico.

Esse contexto estimulou a emergência do Ocupe Estelita, um grupo de cidadãos que, desde 2012, tem utilizado a paisagem como um dos recursos políticos mobilizados para frear processos de requalificação urbanas e garantir que a visibilidade da paisagem seja respeitada como um interesse público. Formado nas redes sociais da internet para questionar a legalidade/viabilidade do Novo Recife, no percurso desse movimento entre 2012 e 2018 identificamos que o debate paisagístico apareceu articulado, de forma destacada, com a perspectiva do patrimônio histórico-cultural. Nas ações do coletivo, quando a paisagem é mobilizada, observa-se um conjunto de demandas que buscam impedir a privatização de panoramas históricos da cidade e, conseqüentemente, buscam garantir a continuidade e visibilidade das marcas e matrizes das paisagens do Recife.

Quando o ato de contemplar os quadros paisagísticos consolidados se tornou ameaçado perante um processo que passou a ‘roubar’ a vista dos que teriam o direito ao seu desfrute (toda a sociedade), coletivos de cidadãos passaram a lutar para garantir a visibilidade das paisagens como um interesse público. A ameaça de privatização dos quadros paisagísticos estimulou a apreensão do usufruto das paisagens como uma questão central ao exercício da cidadania, contribuindo para a emergência de ações em defesa da paisagem.

A partir de 2012 esse coletivo de cidadãos desenvolveu diversos debates e ações, em que algumas das atividades dialogaram e/ou foram construídas a partir de relações diretas com a problemática paisagística e que, em alguns momentos, conduziram as oposições ao empreendimento. Em outros debates, a paisagem aparece de forma indireta, prevalecendo mobilizações a partir de outras temáticas, como mobilidade urbana, planejamento e gestão territorial, etc. Por essa razão, tem-se claro que o Ocupe Estelita nunca foi uma ação de defesa exclusiva da paisagem e do direito à paisagem, mas um coletivo de demanda e luta pelo direito à cidade que, de forma contextual, mobilizou a paisagem como um instrumento político. O debate sobre a paisagem emergiu como um recurso político mobilizado frente às urgências do presente, a partir de portas diversas.

No percurso do Ocupe Estelita (de 2012 a 2018), identificamos que o debate paisagístico apareceu associado às ações político-pedagógicas do coletivo a partir de



três portas principais: (i) discussão paisagística a partir da aproximação com as legislações de controle urbano, como o Plano Diretor, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e demais dispositivos legais que versam sobre os parâmetros construtivos da cidade; (ii) abordagem da paisagem vinculada ao meio ambiente natural, a partir da porta indicada pela categoria das Unidades de Conservação da Paisagem, presente nas leis urbanísticas do Recife; (iii) associação do debate paisagístico com a perspectiva do patrimônio histórico-cultural, originada na preocupação em garantir a continuidade e visibilidade das marcas e matrizes das paisagens históricas da cidade para usufruto coletivo.

Apesar da existência dessas três “portas”, o que prevaleceu nas ações do coletivo foi a mobilização do direito à paisagem pela perspectiva do patrimônio histórico-cultural, pela tentativa de legitimar a paisagem do Estelita como uma paisagem cultural da cidade dentro das instâncias do patrimônio, sobretudo do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e da FUNDARPE (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco). Maior atenção dada para a ‘porta’ patrimonial que revela uma triagem e seleção na mobilização dos recursos políticos mais eficazes para se contrapor às emergências contextuais da disputa contra o Novo Recife.

Ao optar pelo protagonismo da paisagem como patrimônio cultural, buscaram um apoio nos instrumentos legais federais propostos pelo IPHAN que, ao assegurar a proteção dos bens culturais, garantem a conservação da paisagem necessária à visibilidade do bem protegido. Tais escolhas parecem indicar o uso de uma estratégia: buscar a declaração do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas como “Patrimônio Cultural Brasileiro”, assegurando a conservação da paisagem que o envolve, ou seja, a paisagem do Cais José Estelita. É um caminho invertido para se chegar à paisagem, mas mostra com clareza que essas mobilizações articulam demandas patrimoniais e paisagísticas com as demandas de direito à paisagem, buscando reivindicar a formalização no direito de paisagem que possa ajudar a garantir o direito à cidade, implícito na noção de uma cidadania paisagística (SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020).

A ênfase dada não apenas no pátio ferroviário, mas na paisagem associada e onde esses espaços estão inseridos, permite-nos considerar que a preocupação do movimento em manter as estruturas urbanas no contexto que lhes dá significado revela que o monumento questionado é, antes de tudo, a paisagem (XAVIER, 2000). As demandas apresentadas pelos coletivos de cidadãos demonstram que a simples conservação material do pátio ferroviário não bastaria, sendo mais importante garantir a



preservação da paisagem dentro de seu conjunto, através do enquadramento do pátio ferroviário como uma paisagem cultural capaz de garantir à sociedade seu direito à paisagem. As ações demonstram uma compreensão social e política das estratégias de preservação vistas não apenas como a salvaguarda de um patrimônio histórico e cultural, mas como a possibilidade de pensar as bases de um projeto de desenvolvimento local, propondo outras estratégias de desenvolvimento a partir das particularidades do lugar (XAVIER, 2000).

Assim, observa-se a associação entre a paisagem, os patrimônios e a necessidade de garantir sua visibilidade para todos, com ações que almejam garantir a preservação de monumentos que articulam as histórias materializadas com o quadro paisagístico e as memórias coletivas associadas. A paisagem é mobilizada a partir de sua localização em determinada história, vinculadas a um contexto social, a partir de discursos que podem possibilitar o reconhecimento do valor dessa paisagem em esferas institucionais, em espaços políticos legitimadores. A percepção da “vista roubada” passou a estimular a demanda pelo usufruto coletivo e indivisível dos grandes horizontes cênicos da cidade, sinalizada por demandas pelo direito de ver as paisagens. A “vista” que se reclama vai além do abarcado pela visão, posto representar o direito cerceado de usufruí-la, questão que se inicia no debate do direito à cidade. Esse corresponde ao debate central que desencadeia as ações do movimento e que encontra na paisagem um argumento motriz para se contrapor ao empreendimento (BARBOSA, 2020).

Nesse contexto de requalificações urbanas, outros grupos também passaram a expressar suas preocupações sobre os efeitos dos processos de requalificação urbana em seus territórios imediatos da vida. As paisagens da cidade passaram a ser mobilizadas por moradores dos bairros populares pelo direito de ser n(a) paisagem: as paisagens-*ribeirinhas* consideradas como expressão das territorialidades desses grupos, ligando-as às histórias pessoais daqueles que construíram seu viver na cidade em conexão com o ambiente estuarino. Essas demandas sociais permitiu-nos a consideração do *paradigma da maré*: a mobilização de referências paisagísticas em diálogo com os saberes-fazer e com as territorialidades tradicionais construídas na convivência com o estuário.

Esse paradigma da maré foi observado a partir de algumas ações desenvolvidas na Ilha de Deus, comunidade popular com relações históricas com os rios e mangues do Recife. Durante décadas a comunidade foi formada por um conjunto de habitações precárias flutuantes dentro do rio (as palafitas). Porém, a partir de 2007, a Ilha passou



por um intenso processo de requalificação que reconstruiu a comunidade, morfológica e simbolicamente. Se as ações foram justificadas para resolver o problema das habitações precárias, elas também se articularam aos processos mais amplos de transformação da imagem (e dos imaginários) da paisagem recifense, estimulando a expansão da atividade imobiliária para espaços antes desprezados.

Diferentemente dos debates vinculados ao *paradigma do cais*, nos debates sobre essas transformações sentidas nos bairros populares a paisagem é mobilizada de forma menos nominal. Numa sociedade que percebe e pratica a paisagem como privilégio, como uma vista que se descortina em panoramas e que pressupõe distanciamento e erudição do olhar, sociabilidades e marcas territoriais de grupos “ribeirinhos” acabam sendo desconsideradas (até por habitantes locais) como expressões paisagísticas. Entretanto, como tentativa para buscar afirmar seus territórios na cidade, grupos de moradores, ONGs e atores políticos diversos passaram a usar retóricas ecológicas para construir estratégias de aproveitamento das particularidades paisagísticas locais. Dentre essas ações, destaca-se a construção de um passeio turístico de catamarã com destino à Ilha de Deus.

O passeio de catamarã corresponde a uma atividade turística que busca apresentar aos turistas um Recife com relação direta com os mangues da cidade. Planejada através da parceria entre uma ONG local, uma empresa de turismo náutico e professores e estudantes de uma faculdade privada, o passeio se apoia na histórica relação dos habitantes com a atividade pesqueira e com a proximidade da Ilha com a zona de manguezais local. O passeio foi apresentado ao público buscando aproximar a cidade dessa paisagem, a partir dos valores ambientais e da convivência com o ambiente do estuário.

Conforme destacou uma funcionária da empresa promotora do passeio turístico, essas ações permitiram a *reconstrução* (imagética e social) da comunidade, permitindo a realização de atividades “turísticas” e “sociais” para observar “uma realidade que foi modificada e que a cada dia é mais modificada”. Assim, o principal objetivo dos projetos turísticos seria a observação das mudanças na “vida dos ilhéus”⁴. As mudanças em questão correspondem ao processo de “urbanização” realizado na Ilha de Deus. Conforme relatos históricos, essa comunidade teria começado a se formar na década de

⁴ Questões apresentadas em entrevista, realizada em 15 de março de 2018, com C. H., da Gerência de Marketing e Comunicação da *Catamaran Tours*.



1920, a partir de um conjunto de habitações flutuantes em ambiente de manguezais. Durante décadas, a comunidade ficou conhecida como *Ilha sem Deus*. Na década de 2000 a comunidade passou por um profundo processo de requalificação, a partir de uma promessa de campanha do então candidato a governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos. Depois de eleito, em 2007, o governador realizou a primeira atividade do seu mandato na Ilha, para dar início a um conjunto de ações: a transformação da Ilha de Deus em ZEIS e a construção das primeiras residências em 2007; a construção da ponte que liga a Ilha ao continente, em 2009; um conjunto de outras obras pontuais, em momentos posteriores.

A Ilha está realmente diferente, sendo essa transformação (morfológica e imagética) o principal recurso político mobilizado em diversas ações atualmente realizadas na comunidade. A partir de 2007 a comunidade foi totalmente refeita, tanto morfológica quanto simbolicamente: da Ilha sem Deus à Ilha de Deus; antes era formada por palafitas, hoje por residências no estilo de habitacionais (pequenos prédios), já ampliadas a partir de algumas modificações realizadas por moradores (a construção dos “puxadinhos”, de algumas varandas, terraços e o revestimento de algumas residências com porcelanatos, etc.); antes era associada à pobreza, violência e ao isolamento geográfico, sendo agora vinculada ao trabalho comunitário e à superação social; se outrora estava submetida aos avanços da maré, as obras de urbanização levantaram a comunidade “acima” das variações da maré; o muro de arrimo delimitou uma área fixa à comunidade e criou uma borda de separação entre a comunidade e o rio, muito embora as cascas de mariscos continuem se amontoando além do dique que delimitou o perímetro da Ilha.

Apesar das mudanças morfológicas e “urbanísticas” da Ilha de Deus, a paisagem não é mobilizada durante as atividades turísticas para mostrar o renovado visual “de dentro” da comunidade. No passeio realizado em fevereiro de 2017, por exemplo, a guia destacou que a “comunidade” recebe os turistas de “braços abertos”, desde que respeitadas a privacidade dos moradores locais. Para tal, ela solicitou que “não tirem fotos das pessoas que estão em seus trabalhos cotidianos fora do percurso [...] Da paisagem podem tirar fotos à vontade”. Assim, a mobilização paisagística se faz “para fora”, buscando destacar os panoramas paisagísticos particulares vistos a partir da comunidade. Fala-se de paisagem para destacar os pontos de vista espetaculares observados a partir das bordas da Ilha: a observação dos rios, do shopping RioMar e dos



prédios que se expandem por Boa Viagem, junto com a complexa rede de manguezais, canais e viveiros de camarões. É possível que essa seja a razão do passeio se concentrar quase totalmente nas bordas. Para dentro, fala-se de comunidade, de bairro histórico, de uma territorialidade incluída nessa paisagem espetacular.

O lado imagético, estético e panorâmico da paisagem exerce destacada influência da construção do passeio de catamarã. Mais que a capitalização dos modos de vida e consumo estético das paisagens onde essa “comunidade” está inserida, o passeio se apoia nos grandes aspectos cênicos, justapostos às particularidades *menores* dos atos cotidianos para justificar a possibilidade de inclusão da Ilha, e suas territorialidades, nas retóricas paisagísticas da cidade.

Junto às transformações morfológicas destacadas, no percurso do catamarã mobiliza-se uma retórica da paisagem que funciona, antes de tudo, como uma estratégia para (re)construir os imaginários sobre a Ilha e permitir o acesso ao *novo* território “tradicional” da comunidade, transformando suas particularidades em atrativo aos turistas. Articula-se a retórica da “superação social” com a mobilização de expressões territoriais e paisagísticas particulares de um Recife “autêntico” e “ambiental”. A visita guiada apresenta, da publicidade ao discurso dos guias, a retórica de ser uma ação de turismo social e comunitário que se apoia na observação paisagística e convivência com o meio ambiente para estimular uma ação com caráter “social”. A apresentação dessas abordagens do roteiro turístico são expostas antes da chegada à Ilha de Deus, a partir de uma “antecipação da experiência” que se constitui no diálogo com as imagens veiculadas nas reportagens e divulgações publicitárias da atividade, assim como nas informações dadas antes da saída e no percurso turístico. Tais questões ajudam a criar uma moldura interpretativa e comportamental ao turista (FREIRE-MEDEIROS, 2019).

Por fim, o passeio se desenvolve buscando destacar algumas ações cotidianas que expressam a proximidade e “convivência harmônica” da comunidade com o quadro natural. Para tal, apresentam uma retórica paisagística que se aproxima de uma leitura estética centrada na experiência e no engajamento das pessoas em seus territórios (BERLEANT, 2013; BENEDIKTSSON, 2007; SGARD, 2010). Assim, são mobilizadas de forma especial duas formas de relações dos moradores locais com o ambiente circundante: i) as ações diretas das pessoas com a paisagem e o território, nas práticas de trabalho e lazer; ii) a expressão de tipos de cuidado e/ou preocupação estético-ambiental com o ambiente dos manguezais.



Um dos valores paisagísticos atribuídos corresponde à apresentação dos rios e mangues como fonte de trabalho (sobrevivência) e lazer, apesar da denúncia sobre o aumento da poluição e dos lixos existentes dentro da maré. Como apresentado na divulgação do passeio, a atividade possibilitaria a observação do “modo de vida de uma das comunidades mais raízes do Recife. A vila de pescadores, com sua convivência com a natureza e a experiência de viver de seus frutos”⁵. São valores paisagísticos construídos em relação aos trabalhos dos pescadores(as), marisqueiras, etc., que, dentro e fora da maré, revelam a consolidação de marcas e matrizes paisagísticas de um modo de vida pesqueiro.

Esses valores são mobilizados a partir do plano prático, dos trabalhos cotidianos, das ações realizadas *na maré* e das marcas que testemunham essas ações de convivência: os viveiros de camarão, a *croá* da maré onde se pode catar o sururu, a apresentação dos territórios nos rios onde se concentram a maior parte dos pescadores, as bases das antigas palafitas, ainda visíveis nas margens do rio, etc. Valorização estética das ações cotidianas construídas em convivência com os rios e com os mangues, a partir da funcionalidade, dos modos de vida e estratégias de subsistência.

Para apresentar o *modo de vida* e os *saberes-fazeres* da comunidade, o passeio costuma realizar paradas junto aos trabalhadores e trabalhadoras que realizam nas ruas locais a *catação* do sururu (processo realizado para abrir o crustáceo e retirar sua carne). Outras experiências estéticas são realizadas de forma participativa, buscando aproximar os sujeitos (turistas) do lugar visitado, a partir das ações que permitem uma interação concreta com a paisagem: a muda do mangue que é plantada durante o passeio sempre é realizado pelos visitantes; a experiência gustativa pelos turistas do sururu ao molho de coco e da mariscada no *hostel* local, dentre outras interações.

As mobilizações revelam um engajamento visando não apenas os espaços tradicionalmente codificados em nome da beleza, mas todo o conjunto do mundo sensível e das vivências dos habitantes com seu meio circundante. São preocupações estéticas pragmáticas, que questionam os laços singulares dos habitantes com o ambiente e aproximam a estética das reivindicações dos habitantes em suas vidas diárias (BERLEANT, 2013; SGARD, 2010). Essas experiências sensoriais, articuladas

⁵ Apresentação das atividades de “turismo criativo” realizadas na Ilha de Deus, pela instituição RECRUA, uma das organizações responsáveis pela construção do passeio de catamarã para a Ilha de Deus. Informações disponíveis em: <<https://turismocriativobrasil.com.br/>>. Acesso em 27 jan. 2020.



aos espaços pensados para permitir essas experiências e encontros, são os aspectos que dão à paisagem seu lado único, que lhes dá seu estilo e que fazem que nós nos lembremos dela com emoção. Igualmente, são ações que proporcionam experiências que ultrapassam o visual e permitem a mobilização de vários sentidos e sentimentos.

Assim, a maré como um paradigma paisagístico envolve os debates que buscam pensar a paisagem além dos cais, dos grandes panoramas e dos novos empreendimentos imobiliários. O paradigma da maré envolve a questão paisagística a partir do cotidiano, das relações com o ambiente e dos territórios ligados com a “vida ribeirinha”. Trata-se de uma abordagem da paisagem considerada a partir da convivência com o estuário, mobilizada como uma das expressões identitárias essenciais para reivindicar direitos. Assim, o paradigma da maré articula duas problemáticas paisagísticas: as demandas pelo *direito de ser a paisagem*, com ações que buscam criar visibilidades aos territórios e incluir as expressões paisagísticas dos grupos populares como representantes de uma identidade local. A demanda do *direito de ser (n)a paisagem*, vinculada com ações que objetivam afirmar os territórios populares no mapa e na paisagem da cidade, buscando consolidar a existência dos seus territórios e identidades como um modo de ser na cidade. Nessas ações podemos observar uma associação do território com um panorama visível e uma experiência sensorial vinculada ao horizonte. São ações que, na esfera da percepção, permitem a inserção de territorialidades dentro de uma composição visível da paisagem, colocando o ser e o estar das comunidades na composição visual da cidade.

Portanto, as demandas pelo direito à paisagem podem envolver diversos anseios sociais. As ações aqui consideradas demonstram como a noção, enquanto uma narrativa social, se transforma em recurso político na negociação de direitos a partir de diferentes caminhos, contribuindo para produzir resistências, criar visibilidades e reconhecimentos sociais aos quadros da vida cotidiana (BARBOSA, 2020). A partir das diferentes posições ocupadas por grupos socioculturais, as demandas paisagísticas são construídas de maneiras distintas, de acordo com a influência dos seus contextos socioterritoriais.

Como preconiza Sgard (2010), instrumentalizações de figuras paisagísticas na produção de discursos e ações sociais precisam ser observadas a partir dos anseios de poder e vontades políticas que expressam. Neste sentido, a partir da identificação desses dois paradigmas, precisamos analisar como essas diferentes mobilizações da paisagem podem auxiliar na formulação de uma postura paisagística democrática e inclusiva. Em



outras palavras, discutir de que forma a paisagem poderia ser um instrumento viável para construir estratégias de planejamento e gestão coletivas do território.

Se a paisagem tem sido objeto desses interesses renovados, ela também envolve expectativas que nem sempre estão em harmonia. Porém, consideramos que a percepção desses interesses distintos pode ser uma oportunidade para estimular o diálogo, formas de convivência e de gestão compartilhada. A paisagem pode ser um instrumento viável para construir estratégias de planejamento e gestão coletivas do território, desde que sejam estimuladas as contiguidades, a convivência e coabitação com o diferente.

Para expressar tal possibilidade, indicamos a importância de pensar a temática a partir da *cidadania paisagística*, considerada como uma estratégia para aproximar a abordagem da paisagem das reflexões sobre a democracia e exercício da cidadania. A partir da discussão recente da geografia política sobre os espaços políticos (RIBEIRO, 2018, 2019; CASTRO, 2018), consideramos a cidadania paisagística como o direito todos de ver, ser e estar na paisagem, aspecto que pode ser garantido através da associação de duas questões ao debate paisagístico: participação e gestão. A participação envolve incorporar a população na identificação dos valores paisagísticos, no planejamento e na gestão dos quadros paisagísticos. Além disso, as ações de gestão devem ser realizadas a partir do interesse público e dentro de uma perspectiva participativa, compartilhada e comprometida, com a criação de espaços políticos para possibilitar encontros, debates e acordos sobre os interesses conflitantes.

Com essa perspectiva, podemos ajudar a pensar a paisagem numa perspectiva inclusiva, considerando-a enquanto uma possibilidade de expressão da cidadania e noção “facilitadora” da democracia (SGARD, 2010). Tal debate torna-se central à sociedade contemporânea, visto que reconhecer direitos a partir da paisagem pode valorizar o reconhecimento de identidades, pressuposto indispensável da qualidade do cidadão, garantindo à sociedade a participação na seleção e/ou definição dos valores paisagísticos locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa, buscamos apresentar algumas possibilidades para (re)pensar a paisagem numa perspectiva inclusiva e democrática, considerando-a como uma categoria essencial para estimular uma gestão urbana e territorial preocupada com o reconhecimento social dos seus habitantes e com a prática da cidadania dos diferentes



grupos que coexistem no espaço. Esse debate revela-se central para a sociedade contemporânea, considerando-se que possibilitar uma gestão democrática da paisagem pode valorizar o reconhecimento das identidades, pressuposto indispensável para a prática cidadã.

Essas questões permitem-nos considerar que o atual debate paisagístico se faz não apenas a partir da valoração das formas, mas principalmente pelo reconhecimento dos valores e relações espaciais construídos por ações ordinárias. São debates que estimulam uma leitura da paisagem como parte dos sujeitos que nela se reconhecem e com ela estabelecem uma ligação, produto e condição de sua existência, em conexão aos processos territoriais dos sujeitos nas suas relações com o mundo circundante.

Ao considerar essas questões a partir da ideia de cidadania *paisagística*, o adjetivo que qualifica a cidadania, nos interessamos por analisar a dinâmica das mobilizações cidadãs que referenciam suas demandas na ideia da paisagem e apresentam-na como parte de seus objetivos para participação cidadã. Tais ações se realizam a partir de um olhar mais lateral, *de dentro* da paisagem: dos grupos que observam as paisagens e buscam o reconhecimento e a inclusão dos seus territórios dentro das esferas políticas legitimadas. São ações cidadãs que contribuem para modificar o caráter da paisagem e acrescentar novas qualidades ao usufruto paisagístico.

Essas questões indicam-nos a necessidade e possibilidade de aproximar a abordagem da paisagem das reflexões sobre a democracia e do exercício da cidadania, a partir da discussão sobre as formas como racionalidades paisagísticas participam da ação política de grupos sociais dentro de suas reivindicações por direitos e engajamento de suas cidadanias. Tais questões são essenciais às preocupações das abordagens cultural e política da geografia, da geografia social enfim, visto que possibilitam compreender de que forma a paisagem articula, a um só modo, pensamentos, ações e negociações necessárias à manutenção da sociedade democrática.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, David Tavares. **Novos Recifes, Velhos Negócios**. Política da paisagem no processo contemporâneo de transformações da bacia do Pina – Recife/PE: Uma análise do Projeto Novo Recife. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

BARBOSA, David Tavares. **Ver, estar e ser (n)a paisagem: Cidadania paisagística e o direito à paisagem na cidade do Recife/PE**. Rio de Janeiro, 2020. Tese (Doutorado em



Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

BENEDIKTSSON, Karl. “Scenophobia”, Geography and the aesthetic politics of landscape. **Geografiska Annaler B**, 2007: 203–217. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0467.2007.00249.x/abstract>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

BERLEANT, Arnold. Estética e ambiente. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da Paisagem** – Uma antologia. 2ª edição. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 377-394.

BESSE, Jean-Marc. **O Gosto do Mundo: Exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 07-10.

CASTRO, Iná Elias de. Espaço político. **GEOgraphia**. V. 20, Nº 42, jan./abr., 2018a, p. 120-126. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13839/9042>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

CHECA-ARTASU, Martín M. En defensa del derecho al paisaje. Algunos ejemplos en México. In: CHECA-ARTASU, Martín M.; MARTÍN, Pere Sunyer (Coord.). **El Paisaje: Reflexiones y métodos de análisis**. Ciudad de México: Ediciones del Lirio, 2017, p. 45-74.

DEBARBIEUX, Bernard. Actualité Politique du Paysage. **Revue de Géographie Alpine | Journal of Alpine Research**: 2007, nº 95-4. Disponível em: <<http://rga.revues.org/382>>. Acesso em: 01 out. 2016.

FREIRE-MEDEIROS, Biana. **Gringo na laje: Produção, circulação e consumo da favela turística**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GUMUCHIAN, Hervé; MAROIS, Claude; FÈVRE, Véronique. **Initiation à la recherche en géographie: Aménagement, développement territorial, environnement**. Montréal: PUM-Anthropos, 2000.

LACOSTE, Yves. A quoi sert le paysage ? Qu’est-ce un beau paysage ? In: ROGER, Alain (Dir.). **La Théorie du paysage em France, 1974 – 1994**. Seyssel: Champ Vallon, 1995, p. 42-73.

PRIORE, Riccardo. Derecho al Paisaje, Derecho del Paisaje. In: NARANJO, Florencio Zoido; MORENO, Carmen Venegas (Coord). **Paisaje y ordenación del territorio**. Junta de Andalucía: Sevilla, 2002, p. 92-99.

RIBEIRO, Rafael Winter. A política da paisagem em cidades brasileiras: instituições, mobilizações e representações a partir do Rio de Janeiro e Recife. In: I Congresso Ibero Americano em Estudos de Paisagem, 2018, Sintra. **Anais [...] I Congresso Ibero Americano em Estudos de Paisagem**, 2018.



RIBEIRO, Rafael Winter. Gestão da paisagem, gestão da cidade: Quais os legados do Rio de Janeiro Patrimônio Mundial? **Revista CPC (USP)**, v. 14, p. 144-166, 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/153143>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

ROSSI, Ugo; VANOLO, Alberto. **Urban Political geographies: A global perspective**. London: Sage, 2012.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; VERAS, Lúcia M. S. C.; BARBOSA, David Tavares. A peleja do direito à paisagem no Recife. In: CUSTÓDIO, Maraluce Maria; DOS SANTOS, Fernando Barotti; MÁXIMO, Maria Flávia Cardoso (Org.). **Direito de Paisagem: Aspectos jurídicos e interdisciplinares**. Belo Horizonte: D'Plácido Editora, 2020, p. 191-216.

SGARD, Anne. Une «éthique du paysage» est-elle souhaitable?. **Vertigo** – Revue électronique en sciences de l'environnement. Vol. 10, n° 01, avril 2010. Disponível em: <<http://vertigo.revues.org/9472>>. Acesso em: 03 mai 2016.

VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. **Paisagem-postal: A imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano**. Tese (Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

XAVIER, Sandra. “O monumento é o vale”: A Retórica da paisagem no Parque Arqueológico do Côa. **Etnográfica**, vol. IV(1), 2000, p. 109-127. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N1/Vol_iv_N1_109-128.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2017.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio (Org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 81-102.